



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO
(CÓD. 005)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 05.

Redes antissociais

Para além do hábito, as redes sociais se transformaram em paixão. Toda paixão nos torna cegos, incapazes de ver o que nos cerca com bom senso, para não dizer lógica e racionalidade. Nesse momento de nossa experiência com as redes sociais, convém prestar atenção no seu caráter antissocial e psicopatológico. Ele é cada vez mais evidente.

O que estava escondido, aquilo que ficava oculto nas microrrelações, no âmbito das casas e das famílias, digamos que a neurose particular de cada um, tornou-se público. O termo neurose tem um caráter genérico e serve para apontar algum sofrimento psíquico. Há níveis de sofrimento e suportabilidade por parte das pessoas. Buscar apoio psicológico para amenizar neuroses faz parte do histórico de todas as linhagens da medicina ao longo do tempo. Ela encontra nas redes sociais o seu lugar, pois toda neurose é um distúrbio que envolve algum aspecto relacional. As nossas neuroses têm, inevitavelmente, relação com o que somos em relação a outros. Assim como é o outro que nos perturba na neurose, é também ele que pode nos curar. Contudo, há muita neurose não tratada e ela também procura seu lugar.

A rede social poderia ter se tornado um lugar terapêutico para acolher as neuroses? Nesse sentido, poderia ser um lugar de apoio, um lugar que trouxesse alento e desenvolvimento emocional? Nas redes sociais, trata-se de convívios em grupo. Poderíamos pensar nelas no sentido potencial de terapias de grupo que fizessem bem a quem delas participa; no entanto, as redes sociais parecem mais favorecer uma espécie de “enlouquecimento coletivo”. Nesse sentido, o caráter antissocial das redes precisa ser analisado.

(Cult, junho de 2019)

01. De acordo com o texto, a experiência vivida com as redes sociais permite que

- (A) as pessoas as usem com cautela, uma vez que é de conhecimento geral o mal que elas podem causar.
- (B) as contradições de personalidade humana se evidenciem, já que não existe forma de tratar as neuroses.
- (C) as muitas linhagens da medicina encontrem nelas uma forma de amenizar os conflitos humanos familiares.
- (D) as neuroses sejam tratadas cada vez mais de forma eficiente no meio digital, graças ao aspecto relacional.
- (E) as neuroses nelas se instalem, manifestando o que ficava escondido no âmbito das relações em geral.

02. No contexto em que estão empregados nas passagens “Toda paixão nos torna **cegos**...” (1º parágrafo), “A busca por apoio psicológico para **amenizar** neuroses...” (2º parágrafo), “... que envolve algum aspecto **relacional**.” (2º parágrafo) e “... que trouxesse **alento** e desenvolvimento emocional?” (3º parágrafo), os termos destacados significam, respectivamente:

- (A) sem visão; mitigar; de aproximação; mudança.
- (B) sem consciência; extinguir; de oposição; esperança.
- (C) sem discernimento; abrandar; de interação; ânimo.
- (D) sem clareza; potencializar; de ligação; conforto.
- (E) sem controle; acirrar; de sobreposição; prostração.

03. Leia a charge.



(Chargista Lute. <https://www.hojeemdia.com.br>)

A partir da leitura do texto e da charge, é correto afirmar que

- (A) as pessoas têm buscado apoio psicológico nas redes sociais.
- (B) as relações pessoais e familiares se fortalecem nas redes sociais.
- (C) as redes sociais têm promovido certo enlouquecimento coletivo.
- (D) as redes sociais são lugares terapêuticos para acolher as neuroses.
- (E) as pessoas vivem confusas e desagregadas sem as redes sociais.

04. Assinale a alternativa em que o primeiro pronome destacado tem um referente posposto a ele, e o segundo expressa sentido genérico.

- (A) **Ela** encontra nas redes sociais o seu lugar... (2º parágrafo) / ... e serve para apontar **algum** sofrimento psíquico. (2º parágrafo)
- (B) Toda paixão **nos** torna cegos... (1º parágrafo) / Nesse momento de **nostra** experiência com as redes sociais... (1º parágrafo)
- (C) ... e **ela** também procura seu lugar. (2º parágrafo) / ... que fizesse bem a **quem** delas participa... (3º parágrafo)
- (D) **Ele** é cada vez mais evidente. (1º parágrafo) / ... **aquilo** que ficava oculto nas microrrelações... (2º parágrafo)
- (E) ... é também **ele** que pode nos curar. (2º parágrafo) / ... relação com o que somos em relação a **outros**. (2º parágrafo)

05. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão quanto à concordância.

- (A) Convém que as pessoas estejam atenta aos aspectos antissociais e psicopatológicos das redes sociais, pois eles são cada vez mais evidente.
- (B) Convém que as pessoas estejam atenta aos aspectos antissociais e psicopatológico das redes sociais, pois eles são cada vez mais evidentes.
- (C) Convém que as pessoas estejam atentas aos aspectos antissocial e psicopatológico das redes sociais, pois eles são cada vez mais evidentes.
- (D) Convém que as pessoas estejam atentas aos aspectos antissocial e psicopatológico das redes sociais, pois eles são cada vez mais evidente.
- (E) Convém que as pessoas estejam atentas aos aspectos antissocial e psicopatológico das redes sociais, pois eles são cada vez mais evidentes.

06. Por que um mecanismo que em tudo parece levar _____ conexão entre pessoas e, por conseguinte, melhorar a vida humana é, ao mesmo tempo, produtor de sofrimento, frustração e violência? Uma hipótese _____ ser considerada é que o ambiente digital, por natureza desumano, mais impede as relações do que _____ favorece. Cuidar da qualidade das relações na época em que tudo vale pela quantidade é um caminho de cura contra _____ oferta venenosa da coletividade _____ qualquer preço.

(Cult, junho de 2019. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... a ... às ... a ... a
- (B) à ... a ... as ... a ... a
- (C) à ... à ... as ... à ... à
- (D) a ... a ... a ... à ... à
- (E) a ... à ... às ... à ... a

07. Escolhe-se um número inteiro que será chamado de X. Soma-se 32 a X e obtém-se Y. Multiplica-se Y por 10 e obtém-se Z. Divide-se Z por 2 e obtém-se W. Subtrai-se 160 de W e obtém-se R. Para, a partir de R, realizar-se uma única operação e obter-se o valor de X, é necessário

- (A) dividir R por 5.
- (B) multiplicar R por 7.
- (C) dividir R por 8.
- (D) somar 235 a R.
- (E) multiplicar R por 0,4.

08. Os varredores de rua de um município varrem uma mesma rua a cada 5 dias. O caminhão que recolhe o lixo comum percorre cada rua a cada 3 dias. Já o caminhão que recolhe o lixo a ser reciclado faz essa coleta a cada x dias. No dia 31 de março, esses três serviços foram realizados na avenida A. Esse fato só foi acontecer novamente no dia 15 de maio seguinte. Se a frequência do caminhão que recolhe o lixo a ser reciclado é inferior a 30 dias, é correto afirmar que x representa um período de

- (A) 6 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 7 dias.
- (D) 9 dias.
- (E) 8 dias.

09. A praça de uma cidade foi construída a partir de três terrenos, cada um deles com a forma de um triângulo retângulo, conforme a figura a seguir, com as respectivas medidas.

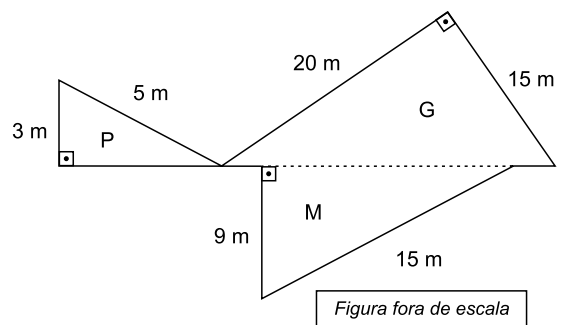


Figura fora de escala

O perímetro dessa praça é igual a

- (A) 79 m.
- (B) 96 m.
- (C) 108 m.
- (D) 84 m.
- (E) 93 m.

10. Em tempos de bicicletas e patinetes elétricos, uma pessoa gasta 18 minutos para ir de sua casa até o centro da cidade utilizando como meio de locomoção uma bicicleta, percorrendo, em média, 300 metros a cada minuto. Utilizando como meio de locomoção um patinete elétrico, essa mesma pessoa percorre, em média, 360 metros a cada minuto. Desse modo, o mesmo percurso, realizado com o patinete, deverá durar
- (A) 12 minutos.
 - (B) 10 minutos.
 - (C) 15 minutos.
 - (D) 9 minutos.
 - (E) 6 minutos.
11. Do ponto de vista lógico, dizer “Se eu trabalho com empenho, então os resultados serão melhores.” é o mesmo que dizer:
- (A) “Se eu não trabalho com empenho, então os resultados não serão melhores.”
 - (B) “Se os resultados serão melhores, então eu trabalho com empenho.”
 - (C) “Eu trabalho com empenho, e os resultados serão melhores.”
 - (D) “Os resultados não serão melhores, e eu não trabalho com empenho.”
 - (E) “Eu não trabalho com empenho ou os resultados serão melhores.”
12. Na sequência: 111, 112, 113, 122, 123, 124, 133, 134, 135, 144, . . . , a diferença entre o 20º termo e o 11º termo é superada pela diferença entre o 17º termo e o 5º termo em
- (A) 9 unidades.
 - (B) 10 unidades.
 - (C) 8 unidades.
 - (D) 11 unidades.
 - (E) 7 unidades.

13. Uma afirmação que corresponda à negação lógica de “Se o combustível acabar, então o veículo não consegue subir a ladeira.” é:

- (A) “Se o veículo consegue subir a ladeira, então o combustível não acaba.”
- (B) “O combustível acaba, e o veículo consegue subir a ladeira.”
- (C) “O veículo consegue subir a ladeira ou o combustível acaba.”
- (D) “Se o combustível não acaba, então o veículo consegue subir a ladeira.”
- (E) “O combustível não acaba, e o veículo consegue subir a ladeira.”

14. Uma escola de nível superior oferece os seguintes cursos: administração de empresas (AE), economia (ECO), ciências contábeis (CC) e administração pública (AP). Segue a distribuição dos professores e seus cursos de atuação:

- 2 professores atuam em todos os cursos;
- entre aqueles professores que atuam em apenas três cursos: 11 atuam em AE, ECO e CC; e 4 atuam em ECO, CC e AP;
- entre aqueles professores que atuam em apenas dois cursos: 8 atuam em AE e ECO; e 6 atuam em ECO e AP;
- 14 professores restantes atuam em apenas um curso, sendo 7 em AE, e nenhum desses 14 atua no curso CC.

Com essas informações, é correto concluir que o número total de professores que atuam em AE supera o número total de professores que atuam em CC em

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 11.
- (D) 15.
- (E) 14.

15. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- (B) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (C) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento de obrigações tributárias.
- (D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- (E) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.

16. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
- (B) a lei não reconhece como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- (C) são penalmente inimputáveis os maiores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- (D) os filhos havidos da relação do casamento terão prioridade sobre os filhos adotados, devendo a lei reconhecer essas diferenças, que não serão consideradas como designações discriminatórias relativas à filiação.
- (E) a adoção será assistida pelo Poder Público, que deverá obrigatoriamente e na forma da lei, proibir a sua efetivação por parte de estrangeiros.

17. Com relação aos deveres dos pais e dos filhos, é correto afirmar que a Constituição Federal determina que

- (A) os filhos maiores não possuem qualquer atribuição em relação ao dever de ajudar os pais, devendo ampará-los somente em situação de enfermidade.
- (B) a mãe tem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e o pai tem o dever de sustentar os filhos até 21 anos.
- (C) os pais têm o dever apenas de criar os filhos menores, cabendo a missão de educar à escola.
- (D) os pais têm o dever de assistir e criar os filhos menores de 12 anos, cabendo a missão de educar à escola.
- (E) os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

18. Nos termos do Decreto Municipal nº 15.514/06, que dispõe sobre o Programa de Avaliação Probatória do Servidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor que não obtiver conceito favorável à sua confirmação no estágio probatório será demitido sem direito a defesa, pois trata-se de avaliação.
- (B) É permitido, em qualquer situação, ao servidor em estágio probatório a alteração de lotação a pedido.
- (C) É vedado qualquer tipo de remuneração aos integrantes da Comissão Permanente de Avaliação Probatória.
- (D) O servidor que não obtiver conceito favorável à sua confirmação no estágio probatório será exonerado sem direito a defesa, pois trata-se de avaliação.
- (E) A avaliação probatória será realizada mensalmente, durante os primeiros 12 meses de efetivo exercício do servidor estagiário.

19. Com relação à responsabilidade do servidor, o Estatuto do Servidor Público de Campinas (Lei Municipal nº 1.399/55) determina que

- (A) as cominações civis, penais e disciplinares não poderão se acumular, sendo umas e outras independentes entre si.
- (B) a responsabilidade civil decorrerá de procedimento doloso, que importe em prejuízo para a Fazenda, excluindo-se os procedimentos culposos.
- (C) a responsabilidade penal abrange os crimes dolosos imputados ao funcionário nessa qualidade, excluindo-se os crimes culposos.
- (D) a responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho das atribuições funcionais.
- (E) pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde apenas nas esferas civil e administrativa.

20. Com relação ao assédio moral, é correto afirmar que o Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas consigna que

- (A) o assédio moral está restrito ao poder hierárquico no ambiente de trabalho.
- (B) o assédio moral no ambiente de trabalho não ocorre de forma ascendente, mas tão somente de forma descendente.
- (C) atualmente, o assédio moral é considerado um crime previsto no Código Penal e sem previsão no referido manual.
- (D) a noção de assédio moral é extensiva a qualquer um no ambiente de trabalho, do topo da hierarquia à base do quadro.
- (E) o assédio vertical trata do assédio moral praticado entre colegas de serviço de mesmo nível hierárquico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Nos exatos termos da legislação nacional, é tributo

- (A) toda obrigação financeira, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (B) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (C) toda prestação pecuniária, compulsória ou não, em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- (D) toda obrigação financeira, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente discricionária.
- (E) toda prestação pecuniária, compulsória ou não, em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

22. Quanto às espécies tributárias, assinale a alternativa que apresenta a relação correta.

- (A) Taxas: imposto cobrado em função de serviço público prestado ao cidadão ou posto à sua disposição, cuja base de cálculo não pode coincidir com a dos demais tributos.
- (B) Impostos: tributos cobrados em razão da ocorrência de fatos geradores específicos, conforme regras de competência fixadas constitucionalmente, cujo produto é, em regra, vinculado a finalidades precisas.
- (C) Contribuições de melhoria: instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- (D) Empréstimos compulsórios: espécie tributária prevista constitucionalmente, de competência dos Estados e do Distrito Federal, passível de cobrança em situações extraordinárias.
- (E) Contribuições de intervenção no domínio econômico: tributos parafiscais de competência da União, cobrados em razão do exercício do poder de polícia sobre certas atividades econômicas.

23. São tributos de competência dos Municípios:

- (A) imposto sobre serviços de telecomunicação, contribuições sociais sobre folha de pagamentos, imposto de renda sobre proventos pagos pelos Municípios.
- (B) contribuição para custeio da iluminação pública, taxa de fiscalização dos serviços notariais e de registros públicos, imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- (C) impostos residuais, contribuições para custeio dos regimes próprios de previdência dos servidores municipais, taxas de fiscalização de companhias de capital aberto.
- (D) imposto sobre transmissão de bens imóveis *inter vivos*, imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens e direitos de qualquer natureza e doação, contribuição para custeio da iluminação pública.
- (E) contribuições para custeio dos regimes próprios de previdência dos servidores municipais, taxa para custeio do serviço público específico e divisível de recolhimento de resíduos sólidos domiciliares, imposto sobre serviços de qualquer natureza.

24. A respeito do imposto sobre serviços de qualquer natureza, é correto afirmar que

- (A) será não cumulativo.
- (B) incide sobre o serviço de locação de bens móveis.
- (C) será seletivo em razão da essencialidade do serviço.
- (D) incidirá também sobre as exportações de serviços para o exterior.
- (E) cabe à lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.

25. A respeito do imposto predial e territorial urbano, é correto afirmar que

- (A) poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (B) para fins desse imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei estadual.
- (C) será progressivo em razão do valor do imóvel.
- (D) será progressivo no tempo, salvo previsão específica em lei.
- (E) terá como base de cálculo o valor de aquisição dos imóveis.

26. Nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a “legislação tributária” compreende:
- (A) as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as práticas esporadicamente observadas pelas autoridades administrativas.
 - (B) apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (C) apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais e os decretos que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (D) apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (E) apenas as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
27. Pode(m) se definir, por lei ordinária municipal:
- (A) regras gerais sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre o Município e outros municípios ou entre o Município e a União e os Estados.
 - (B) as limitações constitucionais ao poder de tributar.
 - (C) normas gerais sobre a definição de tributos e de suas espécies.
 - (D) a planta genérica de valores para fins de cobrança do imposto predial e territorial urbano.
 - (E) critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
28. Caso o fato gerador de um determinado tributo seja ato ou negócio jurídico sujeito a uma condição suspensiva, é correto afirmar que o fato gerador será uma situação
- (A) de fato e considerar-se-á ocorrido desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (B) jurídica e reputar-se-á perfeito, acabado e definitivamente constituído desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
 - (C) jurídica e reputar-se-á perfeito, acabado e definitivamente constituído desde o momento do implemento da condição.
 - (D) jurídica e considerar-se-á ocorrido desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (E) de fato e reputar-se-á perfeito, acabado e definitivamente constituído desde o momento do implemento da condição.
29. A respeito da figura do sujeito passivo e da capacidade em direito tributário, é correto afirmar que
- (A) é chamado “responsável” aquele que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
 - (B) a capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
 - (C) as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública.
 - (D) a capacidade tributária passiva decorre da capacidade civil nas pessoas naturais.
 - (E) é chamado “sujeito ativo” aquele que, sem revestir da condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
30. João e Maria são irmãos e condôminos de imóvel adquirido por meio de sucessão hereditária, após o falecimento de sua mãe Madalena. O respectivo inventário já foi encerrado, com a devida transferência do imóvel aos herdeiros no cartório de registro de imóveis. Eles querem aproveitar uma oportunidade de vender o imóvel para José e Raquel, mas estão preocupados com a incidência de impostos que possam afetar o preço que receberão por esta venda. Em função disso, estão verificando qual a possibilidade de registro da venda sem pagamento do imposto antecipadamente. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) há incidência de imposto estadual sobre a transmissão de bens imóveis *inter vivos* com alíquotas de 4% a 8%, conforme o Estado, que deverá ser levada em consideração por João e Maria no momento da fixação do preço de venda.
 - (B) João e Maria não deveriam se preocupar, pois o Código Tributário Nacional estabelece que o imposto sobre transmissão de bens imóveis *inter vivos* é sempre de responsabilidade do adquirente na operação de compra e venda.
 - (C) por se tratar de alienação de bem imóvel adquirido em decorrência de sucessão hereditária, não há que se falar em incidência de impostos, mas apenas de taxas e emolumentos cartorários, os quais não poderão deixar de ser recolhidos.
 - (D) caso o responsável pelo cartório de registro de imóveis se omita quanto à exigência de comprovação de recolhimento do imposto municipal devido pela transferência do imóvel, responderá ele solidariamente com os sujeitos passivos, na impossibilidade de exigência do pagamento do imposto por eles.
 - (E) caso José e Raquel adquiram o bem sem prévia verificação da inexistência de dívidas tributárias relativas a impostos sobre a propriedade do bem, responderão subsidiariamente pelo pagamento desses impostos, apenas na hipótese de impossibilidade de pagamento por João e Maria.

31. José, órfão de pai e mãe, concluiu e colocou grau em curso superior de Sociologia com 16 anos de idade, por conta da sua inteligência acima da média. Em razão da herança obtida de seus pais, é proprietário de uma casa e pretende vendê-la, para comprar um apartamento. Considerando que ele tem hoje 17 anos incompletos, acerca do caso hipotético relatado, pode-se afirmar corretamente que José

- (A) poderá vender a casa, tendo em vista que é capaz para os atos da vida civil.
- (B) somente se obtiver a emancipação dada por algum parente maior e capaz, poderá vender a casa.
- (C) por ser órfão e menor de idade, deverá requerer autorização judicial para vender a casa.
- (D) não poderá vender a casa, pois é absolutamente incapaz.
- (E) deverá aguardar completar os 18 anos para vender a casa, pois ainda é relativamente incapaz.

32. Acerca do mandato, é correto afirmar que

- (A) se admite mandato verbal, mesmo nos casos em que o ato a ser celebrado pelo mandatário deva ser escrito.
- (B) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário.
- (C) a aceitação do mandato deve ser expressa e não se presume pelo começo de execução.
- (D) o mandato, em termos gerais, confere poderes de transigir, mas não de alienar.
- (E) se outorgado mandato por instrumento público, é vedado o substabelecimento por instrumento particular.

33. A sociedade "A" foi incorporada pela sociedade "B" no ano de 2018. A sociedade "B", por sua vez, foi incorporada pela sociedade "C" no ano de 2019. A sociedade "A" possuía dívidas na data que foi incorporada pela sociedade "B". A sociedade "B", na data em que foi incorporada por "C", possuía dívidas anteriores e posteriores à incorporação de "A". Acerca do caso relatado, pode-se afirmar corretamente que a sociedade "C"

- (A) somente responderá pelas dívidas da sociedade "B" posteriores à incorporação de "A".
- (B) não responderá por quaisquer dívidas das sociedades "A" e "B".
- (C) somente responderá pelas dívidas da sociedade "B", mas não da sociedade "A".
- (D) somente responderá pelas dívidas da sociedade "A" se estas tiverem sido expressamente assumidas pela sociedade "B" no ato de incorporação daquela.
- (E) responderá pela totalidade das dívidas das sociedades "A" e "B".

34. Caio comprou um terreno e começou a construir. Após o início da construção, notou que o terreno ao lado do seu estava vazio e, propositadamente, avançou a construção no imóvel vizinho, ocupando área superior à vigésima parte deste. Tício, proprietário do imóvel vizinho, descobriu que seu terreno foi ocupado por Caio, logo após o término da construção. Sobre o caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) Caio será obrigado a demolir o que construiu no terreno de Tício, bem como deverá pagar em dobro o valor das perdas e danos apurados.
- (B) Caio poderá adquirir a parte invadida do terreno de Tício, pagando-lhe o valor da área perdida em razão da construção e a desvalorização da área remanescente.
- (C) Caio poderá adquirir a propriedade da área invadida do terreno se pagar o décuplo do valor da área perdida em razão da construção, a desvalorização da área remanescente, bem como provar a impossibilidade de demolir a parte invadida.
- (D) independentemente da possibilidade de demolição, deve Caio pagar o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente, acrescida de multa de 50%, em razão da má-fé.
- (E) Tício poderá exigir que lhe sejam pagos os valores do terreno perdido com a construção de Caio, bem como que lhe seja atribuído o condomínio da construção, proporcional à parte invadida.

35. Assinale a alternativa correta sobre a colação.

- (A) Aquele que renunciou a herança ou dela foi excluído é dispensado de conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder o disponível.
- (B) Os gastos ordinários do ascendente com o descendente, enquanto menor, na sua educação, devem vir à colação.
- (C) O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade.
- (D) As doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente estão sujeitas à colação.
- (E) É vedada a doação com dispensa de colação prevista pelo doador em testamento, ou no próprio título de liberalidade.

36. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) São quatro os atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade e de veracidade, tipicidade e exigibilidade.
- (B) Certidões, apostilas, atestados e pareceres são exemplos de atos administrativos enunciativos.
- (C) Revogação é a extinção do ato administrativo que está em desconformidade com a ordem jurídica.
- (D) Caducidade é a extinção do ato administrativo em decorrência de ilegalidade superveniente.
- (E) Decretos, ofícios, circulares e portarias são exemplos de atos administrativos normativos.

37. Suponha que o Município é proprietário de um terreno localizado ao lado de uma escola pública. O terreno é explorado comercialmente, sendo utilizado como estacionamento de veículos automotores por dois munícipes, que não possuem autorização da Administração para o uso da área e a execução de tal atividade econômica. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A escola pública deve ser classificada como bem de uso comum do povo.
- (B) Caso presentes os requisitos previstos na legislação, a propriedade do terreno poderá ser adquirida pelos munícipes por usucapião.
- (C) Caso o terreno seja transformado em praça pública, passará a ser classificado como bem de uso especial.
- (D) O terreno deve ser classificado como bem dominical, podendo a Administração realizar a sua alienação, caso haja prévia autorização legislativa.
- (E) O terreno deve ser classificado como bem privado em razão do seu uso estar direcionado a um fim comercial.

38. A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar autoriza que a Administração aplique sanções a particulares que pratiquem infrações e que a ela estejam vinculados por um vínculo jurídico específico.
- (B) O poder hierárquico autoriza que a Administração Direta convalide os atos da Administração Indireta, ainda que não haja lei específica autorizativa.
- (C) O ato administrativo que, decorrente do exercício do poder discricionário, mostrar-se desproporcional deverá ser revogado.
- (D) O exercício do poder regulamentar, em regra, pode ser objeto de delegação administrativa.
- (E) O conceito restrito do poder de polícia engloba o poder de exercer a atividade legislativa de condicionar os direitos de liberdade e de propriedade para o atingimento do interesse público.

39. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade autoriza que a Administração pratique todos os atos que a lei não proíba.
- (B) Em decorrência do princípio da publicidade, a publicação é pressuposto de validade de todos os atos administrativos.
- (C) O princípio da moralidade não possui eficácia normativa direta, exigindo prévia intermediação legislativa para ser aplicado.
- (D) O princípio da eficiência importa em maior rigor no controle das atividades-meio da Administração.
- (E) O princípio da impessoalidade impede que o agente público se promova pessoalmente por meio de realizações da administração pública.

40. Suponha que um Município, por meio de lei, autorize a criação de entidade cujo controle seja por ele exercido, possua a forma de sociedade anônima e conte com a participação de sócios privados na composição do seu capital social. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A entidade possuirá a forma de sociedade de economia mista e integrará a Administração Indireta.
- (B) A entidade integrará a Administração Direta, sendo resultado do processo de desconcentração administrativa.
- (C) A entidade possuirá a forma de associação pública e integrará a Administração Indireta.
- (D) A entidade possuirá a forma de empresa pública, não podendo exercer atividade com finalidade lucrativa.
- (E) A entidade possuirá a forma de autarquia e será dotada de personalidade jurídica de direito privado.

41. Suponha que uma sociedade empresária celebre um contrato de promessa de compra e venda de um imóvel em que funciona um armazém e que, a partir da celebração do negócio, assuma a sua posse e passe a exercer nele a sua atividade econômica. No referido contrato, consta a obrigação da promitente vendedora levar a registro a transferência a propriedade e efetuar a atualização do cadastro perante a Secretaria Municipal da Fazenda, o que não é realizado até o momento da ocorrência do fato gerador. Considerando a situação hipotética e com base na Lei Municipal nº 11.111/01, que trata do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.
- (A) A atualização do cadastro será dispensada caso o imóvel seja beneficiado por isenção, nos termos da legislação municipal.
- (B) A Administração não pode atualizar *ex officio* o cadastro imobiliário para inserir, na condição de contribuinte, o promitente comprador.
- (C) Caso o promitente comprador promova alterações na estrutura do imóvel que altere o seu valor venal após o fato imponible, tais mudanças somente serão consideradas a partir do exercício em que introduzidas.
- (D) Enquanto não realizada pelo contribuinte a atualização do cadastro, a Administração tem o dever de lançar o tributo em face do promitente vendedor.
- (E) Caso a Administração promova o lançamento em face do promitente comprador e no curso do prazo decadencial seja realizada a atualização cadastral, a realização de lançamento complementar importará no cancelamento do lançamento anterior.
42. Nos termos da Lei Municipal nº 11.111/01, goza(m) de isenção de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- (A) parte de imóvel pertencente a autarquia federal e que esteja sendo utilizado para a exploração de atividade econômica.
- (B) o imóvel de aposentado ou pensionista, relativamente ao imóvel de uso estritamente residencial, do qual seja proprietário ou usufrutuário.
- (C) o imóvel que seja objeto de ação de desapropriação.
- (D) os imóveis graciosamente cedidos para uso da Administração Pública Direta municipal e suas Autarquias e Fundações, proporcionalmente ao tempo que perdurar a cessão.
- (E) o imóvel tombado, devendo a isenção se estender sobre todo o bem, ainda que apenas parte dele esteja tombado.
43. Com base no Decreto Municipal nº 19.723/2017, acerca do pedido de isenção de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.
- (A) A autoridade fiscal deverá sanear o pedido de isenção caso o contribuinte se omita em apresentar qualquer elemento indispensável ao seu conhecimento.
- (B) Nos casos das isenções que não recaiam sobre a totalidade da área do imóvel, para fins de cálculo do tributo, a alíquota, descontos e demais elementos quantitativos do cálculo deverão considerar o valor da área total do imóvel.
- (C) Os pedidos de isenção devem ser apresentados em cada exercício financeiro, a fim de permitir que a Administração possa atestar se o contribuinte ostenta a condição de isento.
- (D) A Administração deve analisar o pedido de isenção tendo por base os documentos exigidos no Decreto, estando vedada a exigência de elementos adicionais.
- (E) Os pedidos de reconhecimento administrativo das isenções deverão, em regra, ser requeridos no ano em curso para gozo no exercício seguinte.
44. Suponha que um indivíduo, como forma de consolidar a sua participação em sociedade empresária, integralize um imóvel de valor correspondente ao valor nominal de suas ações. Dois anos e nove meses após a operação, os sócios decidem extinguir a pessoa jurídica de maneira voluntária e, após liquidadas as dívidas, o saldo remanescente do capital social é dividido entre os membros da empresa. Considerando a situação hipotética e com base na Lei Municipal nº 12.391/2005, que disciplina o regime do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles Relativos – ITBI, assinale a alternativa correta.
- (A) No presente caso, há incidência de ITBI, estando dispensada a análise do tipo de atividade da empresa.
- (B) O tributo será imediatamente exigível caso a pessoa jurídica tenha por objetivo social atividade exclusivamente relacionada à compra e venda de bens ou a direitos relativos a imóveis, a sua locação ou arrendamento mercantil.
- (C) Ainda que a pessoa jurídica tenha sido constituída um ano antes da integralização do imóvel, a sua extinção no prazo fixado no enunciado não torna existente a obrigação de pagar ITBI.
- (D) A operação, independentemente do objeto da sociedade, não estará sujeita à incidência de ITBI.
- (E) Para que a operação não esteja sujeita à incidência de ITBI, é necessário apurar se 50% das receitas operacionais da pessoa jurídica, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 3 (três) anos subsequentes à aquisição, decorrem de transações de compra e venda de imóveis ou de direitos relativos a imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

- 45.** Nos termos da Lei Municipal nº 12.391/2005, o Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles Relativos – ITBI tem alíquota de
- (A) 2,7% (dois vírgula sete por cento).
 - (B) 2,5% (dois vírgula cinco por cento).
 - (C) 3,2% (três vírgula dois por cento).
 - (D) 3,5% (três vírgula cinco por cento).
 - (E) 3% (três por cento).
- 46.** Acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) Qualquer subsídio pode ser concedido somente caso decreto específico o autorize.
 - (B) Os serviços que produzem parte dos resultados no Brasil, caso tenham por base contrato firmado no exterior, constituem exportação de serviço.
 - (C) Os serviços públicos objeto de concessão e remunerados por tarifa estão sujeitos ao ISS.
 - (D) O imposto será objeto de cobrança, em regra, no local em que há a prestação do serviço.
 - (E) O ISS tem como fato gerador a realização de atividade prevista em item constante da lista anexa e que constitua atividade preponderante do contribuinte.
- 47.** A Administração constata que uma empresa emite continuamente notas fiscais com a informação de que suas atividades se enquadram em hipótese de isenção e, com o objetivo de apurar a regularidade do caso, realiza uma autuação fiscal. Em seguida, a autoridade fazendária notifica a empresa para prestar esclarecimento sobre as operações econômicas, bem como fornecer livros contábeis e documentos para avaliar a licitude das notas fiscais e das operações econômicas. Considerando a situação exposta e com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso os livros fiscais tenham sido extraviados, prevalece a declaração feita pelo contribuinte.
 - (B) Caso falte clareza nos documentos apresentados pela empresa, cabe à Administração comprovar que as situações não se enquadram na hipótese de isenção.
 - (C) A pessoa jurídica isenta está dispensada de manter inscrição no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias.
 - (D) Caso a autoridade fiscal constate que a situação não se enquadra em hipótese de isenção, poderá efetuar o arbitramento do tributo, considerando necessariamente como base de cálculo valor estipulado pelo Auditor Fiscal, ainda que esse não corresponda ao valor do serviço.
 - (E) A falta de emissão, de escrituração ou de apresentação de documento fiscal acarreta a aplicação de multa de 15 (quinze) Unidades Fiscais de Campinas – UFIC, para cada documento.
- 48.** Com base na Lei Municipal nº 12.392/2005, é responsável solidário pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
- (A) a pessoa natural pelo crédito tributário devido pelo alienante, quando venha a adquirir fundo de comércio, na hipótese de continuidade por parte deste da exploração da atividade.
 - (B) o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo crédito tributário da sociedade.
 - (C) o administrador judicial, pelo crédito tributário devido pela sociedade empresária falida.
 - (D) o tomador ou intermediário do serviço que não emitir nota fiscal.
 - (E) o sócio remanescente ou seu espólio, pelo crédito tributário da pessoa jurídica extinta, ainda que não continue a respectiva atividade.
- 49.** Acerca da Lei Municipal nº 13.104/2007, assinale a alternativa correta.
- (A) O sujeito passivo com débito de qualquer origem pode receber da Fazenda Municipal restituição de tributo pago indevidamente.
 - (B) A restituição ou compensação de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem constar como responsável tributário na respectiva legislação.
 - (C) A restituição ou compensação total ou parcial de tributos dá lugar a restituir ou compensar, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias de qualquer natureza que tiverem sido indevidamente recolhidos.
 - (D) É admitida a compensação de débito inscrito na dívida ativa, de natureza não tributária, com precatório.
 - (E) A compensação e a restituição devem ser precedidas, necessariamente, de prévio processo administrativo.
- 50.** Relativamente ao depósito voluntário e ao pagamento parcial de tributo, com base na Lei Municipal nº 13.104/2007, assinale a alternativa correta.
- (A) O depósito voluntário parcial suspende a exigibilidade do crédito na extensão do seu valor.
 - (B) O depósito parcial do crédito controverso não é admitido.
 - (C) O depósito pode ser realizado em qualquer fase do processo administrativo.
 - (D) O depósito integral suspende a exigibilidade do crédito e impede a realização do lançamento.
 - (E) Os descontos, concedidos em lei específica para pagamento à vista do tributo, serão aplicados aos depósitos administrativos.

